

Revista

EVOLUÇÃO

Ano IV
n. 46 Nov.
2023
ISSN 2675-2573

Faustino Moma Tchipesse

**A EDUCAÇÃO É A CHAVE PARA DESCODIFICAR O
MANANCIAL DOS PROBLEMAS QUE ENCRAVAM AS
LINHAS DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES.**



Filiada à
**ABEC
BRASIL**
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS/PKP



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 46 - Novembro de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Thaís Thomaz Bovo

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaneuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Aline Pereira Matias

Ana Cristina Silva Camisao Pereira

Denise Teixeira Santos Menezes

Fabiana Gouvêa Rodrigues

Fernanda dos Santos Ikier

Gizilda Barreto de Almeida Ribeiro

Graziela de Carvalho Monteiro

Jonatas Hericos Isidro de Lima

Solange Alves Gomes Zaghi

Thaís Thomaz Bovo

Vidal António Machado

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 46 (nov. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 128 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.46

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.46>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Antônio Raimundo Pereira Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

07 Ciências, Tecnologia e Sociedade

Adeilson Batista Lins

**14 FAUSTINO MOMA TCHIPESSE
FALÁCIAS SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO****ARTIGOS
ARTIGOS**

- | | | |
|---|------------------------------------|-----|
| 1. A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A NEUROCIÊNCIA COMO FERRAMENTAS PARA COMPREENDER COMO OS ESTUDANTES APRENDEM | ALINE PEREIRA | 17 |
| 2. CRIANDO PONTES PARA O APRENDIZADO: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL | ANA CRISTINA SILVA CAMISAO PEREIRA | 25 |
| 3. TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO INFLUENCIANDO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM EDUCACIONAL | DENISE TEIXEIRA SANTOS MENEZES | 37 |
| 4. DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO E GESTÃO DE ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTIVA PARA MULHERES NOS CEUS DA CIDADE DE SÃO PAULO | FABIANA GOUVÊA RODRIGUES | 49 |
| 5. A FORMAÇÃO INTEGRAL DO CIDADÃO E A RECUPERAÇÃO CONTÍNUA | FERNANDA DOS SANTOS IKIER | 61 |
| 6. A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DISLÉXICAS | GIZILDA BARRETO DE ALMEIDA RIBEIRO | 69 |
| 7. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA A PRÁTICA DO ENSINO ACADÊMICO | GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO | 77 |
| 8. A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO | JONATAS HERICOS ISIDRO DE LIMA | 85 |
| 9. MIGRAÇÃO: ACOLHIMENTO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL | ROSINALVA DE SOUZA LEMES | 93 |
| 10. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS CAMINHOS PARA A IGUALDADE | SOLANGE ALVES GOMES ZAGHI | 101 |
| 11. A IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E A FACULDADE DE DIREITO DA USP: DOIS IMPORTANTES PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO | THAÍS THOMAZ BOVO | 109 |
| 12. TELEVISÃO E A INSTITUIÇÃO ESCOLAR. OS EFEITOS COGNITIVOS DAS MENSAGENS TELEVISIVAS E A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM | VIDAL ANTÔNIO MACHADO | 117 |

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA A PRÁTICA DO ENSINO ACADÊMICO

GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO¹

RESUMO

Atualmente, as discussões relativas à Docência no Ensino Superior têm ocorrido não só em relação às Políticas Públicas voltadas para a Educação, mas, também à formação docente, requerida para ministrar aulas nas faculdades e universidades. Justifica-se o presente artigo pelo fato de que a legislação muitas vezes não deixa clara a atuação do profissional, bem como as exigências cabíveis para se trabalhar nesta área do ensino. Desta forma, a presente pesquisa foi realizada a partir de revisão qualitativa da literatura, com o objetivo geral de compreender o que diz a legislação; e como objetivos específicos, como ocorre a formação docente e os requisitos necessários para ministrar aulas. Os resultados indicaram que parte dos professores do ensino superior não possui formação específica para a prática pedagógica e isto pode estar atrelado ao fato da prática estar baseada somente na experiência.

Palavras-chave: Docência no Ensino Superior; Formação Docente; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A formação de docentes, especialmente voltada para o ensino superior vem ganhando destaque no contexto das reformas educativas e políticas públicas no Brasil, desde o final da década de 1970. A ideia inicial era adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e as mudanças do Estado.

Apesar disso, o que vem ocorrendo no campo de formação de professores, está vinculada a discursos e políticas educativas em execução, ligadas na verdade a velhas tendências. O modelo convencional de educação e de formação de professores vem sendo reproduzido apenas sob nova roupagem. Ainda persiste a ideia de que a educação é dicotômica, falhando na compreensão integral e sistêmica dos problemas e das mudanças educacionais.

Desta forma, a presente pesquisa teve por finalidade discutir a respeito da legislação enquanto objetivo geral; e como objetivos específicos, tratar da formação docente e das práticas de Docência no Ensino Superior uma vez que o assunto tem sido alvo de discussões não só profissionais, como também de Políticas Públicas.

¹ Graziela de Carvalho Monteiro – Pedagoga pela Universidade de Santo Amaro (UNISA). Pós-graduada em MBA pela UNINOVE, Arteterapia em Educação pela Faculdade Polis das Artes. Professora de PEI e PEIF na Prefeitura Municipal de São Paulo.

Foi realizada pesquisa qualitativa a respeito do tema, trazendo a questão na visão de diferentes autores, com base na legislação, artigos, dissertações, dentre outros documentos.

LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O modelo administrativo educacional se caracteriza pela alternância entre a prevalência da descentralização ou da centralização a exemplo, das Reformas Francisco Campos, de 1931, e Gustavo Capanema, de 1942. Através do Ato Adicional de 1834, tem-se:

[...] a dualidade de competência em relação aos assuntos de educação. As Províncias, em seus respectivos territórios, ficaram claramente com a faculdade de iniciativa relativamente ao ensino primário e secundário. A competência do Governo Geral passou a ser entendida como a de promover, na capital do Império, o ensino de todos os graus, e a de prover o ensino superior em todo o país (SILVA, 1969, p. 195).

A Lei nº 4.024/1960, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases, começando a delinear um modelo federativo da administração a nível nacional. As legislações seguintes, Leis nº 5.692/1971 e nº 5.540/1978 consolidaram o sistema onde o Ensino Superior passou a ser tutelado da União e o ensino de 1º e 2º graus, dos Estados.

Dentre as diferentes leis pode-se destacar algumas relacionadas à formação docente, como a exigência de diploma de ensino superior para ministrar aulas, a validação de diplomas, o regime docente e a legalização das instituições de ensino superior.

A Lei nº 13.478/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, a fim de estabelecer o direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado. Até então no país, boa parte dos professores que atuava nas salas de aula tinham apenas o Magistério, que é a modalidade feita junto com o Ensino Médio, mas, não possuíam diploma de Ensino Superior.

O Artigo 62-B discute o acesso de professores das redes públicas de Educação Básica a cursos superiores de pedagogia e licenciatura efetivados por meio de processo seletivo diferenciado.

A Resolução nº 1/1997, que trata da revalidação e reconhecimento, para quaisquer fins legais, de diplomas de graduação e de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, através de cursos ministrados no Brasil, oferecidos por instituições estrangeiras, especialmente nas modalidades semipresencial ou à distância, diretamente ou mediante qualquer associação, sem a devida autorização do Poder Público, nos termos do artigo 209, I e II, da Constituição Federal de 1988.

A, dispõe sobre a emissão de diploma em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino, novidade no ensino superior. O Artigo. 2º discute a adoção do meio digital para expedição de diplomas e documentos acadêmicos obedecendo às diretrizes de certificação digital do padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, a fim de garantir a autenticidade, a validade jurídica e nacional dos documentos em questão.

O artigo 57 obriga os professores das instituições públicas de educação superior a trabalhar uma jornada de pelo menos oito horas semanais. No restante da legislação, outra referência encontrada sobre regime de trabalho é a definição de tempo integral para os professores das instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, constante no Decreto nº 2.306/1997: “obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelos menos 20 horas semanais, destinados a estudos, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação”.

Cavalcante (2000), relatam que há diferenças também em relação ao credenciamento e a legalização das Instituições de Ensino Superior (IES), quando as mesmas são reconhecidas como Universidades ou Centros Universitários ou como Instituições Não-Universitárias de Ensino Superior. Essas diferenças ocorrem também quando as Universidades são federais ou privadas, ou no caso de centros federais (CEFET), centros privados, estaduais e municipais de educação tecnológica.

Existem outras leis que compreendem esses processos, consistindo em uma ação sistemática que busca a compreensão global da educação, reconhecendo e integrando suas diversas dimensões, desconsiderando práticas pontuais e fragmentadas, com vistas principalmente ao trabalho docente.

No caso dos governantes, estes atribuem esses processos a determinação das políticas públicas, pois as consideram mecanismos capazes de organizar as principais reformas necessárias a fim de assegurar uma educação de qualidade.

Infelizmente, a docência no ensino superior tem ficado a cargo de mudanças políticas, sendo que a cada gestão, ou a cada quatro anos, a legislação pertinente ao tema pode ser modificada de acordo com os interesses do político ocupante do cargo em questão:

A cultura acadêmica não é tributária apenas da experiência historicamente acumulada nos padrões de atuação dos grupos profissionais. Ela é influenciada pelas pressões e expectativas externas e pelos requerimentos situacionais dos sujeitos envolvidos. Essa característica põe em evidência a articulação entre a cultura acadêmica e o processo social mais amplo, isto é, sua dimensão ideológica e política e, por isso mesmo, não neutra (CUNHA e ZANCHET, 2010, p. 185).

SOBRE AS INSTITUIÇÕES

As instituições de ensino superior precisam ofertar aos estudantes, momentos de reflexão com o intuito de mediar à construção e a reconstrução de conhecimentos, já que o ensino superior é palco de confrontos, discussões e oposições.

Para isso, é essencial que as faculdades e universidades invistam em formação realista voltada para os docentes, realizando produções acadêmicas e pesquisas no Brasil.

As instituições específicas para o desenvolvimento e a coordenação de pesquisas apresenta relação com diferentes órgãos como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), dentre outros.

Apesar dos diferentes órgãos que fomentam e incentivam o desenvolvimento da pesquisa de qualidade aqui no Brasil, em 2019, uma das políticas públicas instauradas no começo do governo Bolsonaro, foi uma reforma contrária ao desenvolvimento da educação no país.

O ministro da educação na época, anunciou o corte de aproximadamente 5.000 bolsas voltadas à pesquisa no Ensino Superior diretamente relacionada aos trabalhos desenvolvidos na pós-graduação como nos cursos de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado. Nos primeiros meses da nova gestão governamental, foram extintas em torno de 11.811 bolsas de estudos só da Capes.

Franchini et al. (2016), relata que o professor deve ser pesquisador se preocupando também com a qualidade dos trabalhos acadêmicos, já que nos dias atuais, uma quantidade exorbitante que tem sido produzida no país, tanto pelas universidades públicas quanto pelas particulares.

Atualmente a legislação brasileira tem possibilitado que professores que apresentam apenas o Bacharelado ou uma Especialização lato sensu, possa também, dependendo do cargo e do caso dar aulas em instituições de ensino superior, o que não ocorria antes (BROILO, 2011).

A formação docente para quem atua no ensino superior muitas vezes também está relacionada apenas: "a uma disciplina de Metodologia do Ensino Superior, nos momentos da pós-graduação, com carga horária média de 60 horas" (ANASTASIOU, 2003, p.1).

Isso significa pouca exigência em termos de conhecimentos para o magistério e nem uma formação sistemática para a identidade profissional da docência; além disso, determinadas instituições visam o lucro, contratando professores que não apresentam mestrado ou doutorado. Os salários são mais baixos devido ao fato da pouca experiência e formação prévia na educação superior.

Segundo Lortie (1975), a formação de professores é pouco valorizada, pois, não existe uma preparação prévia para o exercício de ensinar. O professor no começo se depara com a realidade de uma instituição com normas, valores e regras e o professor vê reforçada a perspectiva de que vai aprender fazendo, ou seja, através da experiência.

Nesse sentido, a formação docente precisa assegurar determinados princípios como: "[...] a função do Ensino Superior é de criar situações favoráveis ao desenvolvimento dos aprendizes nas diferentes áreas do conhecimento, no aspecto afetivo-emocional, nas habilidades e nas atitudes e valores" (MASSETO, 2008, p. 14).

Outra questão está relacionada às possíveis fragilidades na formação docente. Até dez anos atrás era possível observar que as instituições de Ensino Superior, tinham em seu quadro, pelo menos cerca de 67% de mestres e doutores, o que elevava os custos, já que os salários eram relativamente altos. Nos últimos anos, houve uma redução geral no quadro de docentes, onde especialistas passaram a ministrar aulas, o que ocasionou a redução de custos.

Outras instituições partiram para os cursos a distância (EAD), onde um determinado profissional se torna tutor de vários cursos e estudantes ao mesmo tempo, já que o contato se dá via plataforma. Lembrando que a Lei nº. 9.394/96, em seu Art. 66, dispõe que "a

preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996).

DOCÊNCIA E O CAMPO DE ATUAÇÃO

Masetto (2003), relata que a formação para exercer a docência no ensino superior, no Brasil, especificamente, essa questão surgiu a apenas duas décadas, em decorrência de uma autocrítica realizada por parte de diversos membros do ensino superior, principalmente dos próprios professores.

As Políticas Públicas, vêm sendo tratadas como uma “caixa de segredos”, relacionada à omissão em relação ao processo de ensino: “ficando o mesmo afeto à instituição educacional, que por sua vez o pressupõe integrante da concepção de liberdade acadêmica docente” (MOROSINI, 2001, p.15).

Não há uma exigência criteriosa de conhecimentos básicos sobre o ato de ensinar, cabendo ao professor que vai para a universidade, mesmo concursado, se integrar ao jogo de responsabilidades. As instituições compreendem o espaço de formação como um lugar de autonomia do profissional; e o professor, por sua vez, se sente muito mais cobrado a investir na sua permanente formação voltada para a pesquisa. O fazer pedagógico fica a critério do compromisso do próprio profissional: Se a especificidade e identidade da profissão docente é o ensino, é inadmissível que professores universitários que detenham o domínio do conhecimento em um campo científico não recebam uma formação mais condizente com as reais necessidades dos alunos e do ser professor. No âmbito da política pública (VEIGA, 2000, p. 190).

Muitos professores carregam experiências significativas na sua área de conhecimento, devido as práticas, sendo comum nas instituições de ensino superior, o predomínio do: “despreparo e até um desconhecimento científico do que seja o processo de ensino e de aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis a partir do instante em que ingressam na sala de aula” (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002, p. 37).

O que remete a:

Os professores dizem que o seu principal professor tem sido a experiência; eles aprenderam a ensinar através de ensaios e erros na sala de aula. Aquilo que eles visualizam como processo de aquisição, são práticas testadas pessoalmente, não um refinamento ou aplicação de princípios de instrução geralmente válidos. Eles insistem que a influência dos outros são escolhidas através de seus conceitos pessoais e são sujeitas a testes práticos. As conotações do termo socialização parecem um tanto tendenciosas quando aplicadas a este tipo de indução, visto que elas implicam numa maior receptividade para a cultura preexistente, que parece prevalecer. Os professores são, em grande parte, “formados por si mesmos”; a internalização do conhecimento comum é apenas uma pequena

parte de seu movimento em direção à responsabilidade do trabalho (LORTIE, 1975, p.80).

As avaliações do governo possuem indicadores, tipos e lócus, como é o caso da avaliação de desempenho individual das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior; bem como das avaliações da graduação e da pós-graduação a nível de Mestrado e Doutorado. É preciso considerar que os professores do ensino superior não apresentam identidade única, o que não é de se admirar observando-se a diversidade e a multiplicidade da educação superior brasileira:

Na relação Estado/Universidade, a política de capacitação didática fica afeta à instituição. O governo normatiza e fiscaliza, e a instituição desenvolve os parâmetros através de sua política de capacitação. O grande desafio a ser enfrentado é "a síndrome de um ensino para a sociedade de massa num mundo globalizado, com padrões definidos de excelência, em que a sociedade de informação ocupa lugar de destaque" (MOROSINI, 2001, p. 17).

A carência rebuscada na formação dos professores para o ensino superior acaba por comprovar que este é um ambiente que desenvolve atividade assistemáticas, cominsuficienterigor e pouca investigação (GRAY e HOY apud GARCIA, 1999, p.248).

Nesse caso é necessário um processo contínuo, compreendendo-se que a formação dos professores universitários não deve se encerrar na preparação inicial, oferecida especialmente durante os cursos de pós-graduação, mas sim deveria começar antes do início da carreira, já que quando o professor ainda era estudante, o mesmo já tinha contato com a conduta docente através da observação de seus próprios professores, estendendo-se ao longo de sua carreira, num processo de constante aperfeiçoamento (GARCIA, 1999).

Desta forma, todas as questões que envolvem a docência no ensino superior remetem as palavras de Paulo Freire, pois, existe o movimento do conteúdo, da teoria, mas, especialmente da prática:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar de diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p. 22-23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando na formação docente para ministrar aulas no ensino superior, pode-se compreender que os saberes e conhecimentos construídos pelos professores são temporais, plurais e heterogêneos. Isso porque esses conhecimentos são construídos ao longo da trajetória de trabalho, não apresentando uma única fonte apenas, mas sendo tecidas na diversidade de contextos e culturas. Ou seja, são conhecimentos relacionados à formação específica as disciplinas, as práticas pedagógicas, as experiências, apropriadas nas relações e práticas concretas.

Infelizmente, boa parte dos professores do ensino superior não possui formação específica para a prática pedagógica, mas ensinam muito bem em muitos momentos. Isso pode estar atrelado ao fato da prática estar baseada nas experiências, atrelando-se aos saberes disciplinares.

Qualquer iniciativa para a formação, muitas vezes, fica a cargo de projetos individuais e não das instituições. Por outro lado, os professores do ensino superior têm longa formação e reconhecimento relacionados aos conhecimentos específicos, viabilizados, algumas vezes, por sua própria instituição de atuação e por órgãos de fomento à pesquisa, como a CAPES e o CNPQ, por exemplo, nos mais distintos e avançados centros de formação de professores pesquisadores.

Assim, é preciso novos olhares tanto para a formação do professor que ministra aulas no ensino superior, quanto aqueles que estão voltados para a educação básica, o que deve ser prioridade por parte das Políticas Públicas existentes, contribuindo em todos os níveis com a melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

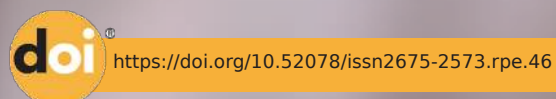
- CAVALCANTE, J.F. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. 54 p. : il. – (Série Documental. Textos para Discussão).
- CUNHA, M.I. da; ZANCHET, B.M.B.A. A problemática dos professores iniciantes: tendência e prática investigativa no espaço universitário. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 189–197, set./dez. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/6999/571>. Acesso em: 16 out. 2023.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, H. C. L. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educ. Soc.** vol. 20, n.68, Campinas Dec. 1999.
- GARCIA, M.C. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal: Porto Editora, 1999.
- LORTIE, D. C. **Schoolteacher: a sociological study**. Chicago: University of Chicago, 1975.
- MASETTO, M. T. **Competência pedagógica dos professores universitários**. São Paulo: Summus, 2003.
- MOROSINI, M. C. (org.). Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. 2.ed. ampl. Brasília: Plano Editora, 2001.
- PIMENTA, S. G., ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.
- TARDIF, M. Saberes profissionais de professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Rev. Bras. de Educ.**, jan/fev/mar/abr, 2000, nº 13.
- VEIGA, I. P. A, CASTANHO, M. E. L. M. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: a aula em foco**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Aline Pereira Matias
Ana Cristina Silva Camisao Pereira
Denise Teixeira Santos Menezes
Fabiana Gouvêa Rodrigues
Fernanda dos Santos Ikier
Gizilda Barreto de Almeida Ribeiro
Graziela de Carvalho Monteiro
Jonatas Hericos Isidro de Lima
Solange Alves Gomes Zaghi
Rosinalva de Souza Lemes
Thaís Thomaz Bovo
Vidal António Machado



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

